



LENÇÓIS PAULISTA – SP

**PREFEITURA MUNICIPAL DE LENÇÓIS
PAULISTA - SÃO PAULO - SP**

Assistente Social

EDITAL Nº 01/2025

**CÓD: OP-110JN-25
7908403568802**

Língua Portuguesa

1. Interpretação de textos diversos	7
2. Principais tipos e gêneros textuais e suas funções	14
3. Semântica: sinônimos, antônimos, sentido denotativo e sentido conotativo	21
4. Emprego e diferenciação das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, artigo, verbo, advérbio, preposição e conjunção; Tempos, modos e flexões verbais; Flexão de substantivos e adjetivos (gênero e número); Flexão de substantivos e adjetivos (gênero e número); Pronomes de tratamento	24
5. Colocação pronominal	30
6. Concordâncias verbal e nominal	32
7. Conhecimentos de regência verbal e regência nominal	33
8. Crase	35
9. Ortografia (conforme Novo Acordo vigente)	35
10. Pontuação	38
11. Acentuação	39
12. Figuras de linguagem	39
13. Funções da linguagem	43
14. Vícios de linguagem	44
15. Discursos direto, indireto e indireto livre	46
16. questões	47
17. gabarito	50

Matemática e Raciocínio Lógico

1. Operações fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão	51
2. Frações: frações equivalentes, simplificação de frações, conversão de fração em um número decimal, adição e subtração de números fracionários	52
3. Média aritmética simples	55
4. Máximo divisor comum. Mínimo múltiplo comum	56
5. Progressões aritmética e geométrica	56
6. Operações com polinômios	60
7. Equações de 1° e 2° grau	63
8. Sistemas de equações de 1° e 2° graus	65
9. Sistema métrico decimal: quilômetro, hectômetro, decâmetro, metro, decímetro, centímetro e milímetro. Medidas de massa: tonelada, quilograma, grama e miligrama. Medidas de Volume: metro cúbico, centímetro cúbico e milímetro cúbico. Medida de tempo: hora, minuto e segundo. Conversão de medidas	66
10. Área e perímetro de figuras planas	69
11. Volume de sólidos geométricos	71
12. Razão e proporção	73
13. Regra de três (simples e composta)	75
14. Porcentagem. Juros e descontos simples	76
15. Conjuntos: linguagem básica, pertinência, inclusão, igualdade, união e interseção. Operações com conjuntos	78
16. Teorema de Tales. Teorema de Pitágoras	81
17. Interpretação de gráficos e tabelas (dados estatísticos)	82

18. Estruturas lógicas. Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas verdade. Equivalências. Leis de Morgan.....	85
19. Lógica de argumentação: analogias, inferências, deduções e conclusões.....	88
20. Diagramas lógicos	92
21. Lógica de primeira ordem.....	93
22. Princípios de contagem e probabilidade. Análise combinatória e probabilidade: arranjos, combinações, permutações simples e probabilidade de um evento	96
23. Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais.....	101

Conhecimentos Específicos

1. Código de ética profissional	107
2. Lei de regulamentação da profissão; Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS – Lei nº 8.742/1993; Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011 que altera a LOAS e dispõe sobre a organização da Assistência Social	114
3. O projeto ético-político-profissional do Serviço Social	132
4. Conhecimentos gerais da profissão	137
5. Parâmetros para atuação de assistentes sociais na Política de Assistência Social	140
6. Política Nacional de Assistência Social	143
7. Centros de Referência de Assistência Social – CRAS	149
8. Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.....	151
9. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.....	153
10. Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos.....	155
11. Política Nacional para Inclusão de População em Situação de Rua	158
12. Política Nacional do Idoso.....	159
13. Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS	161
14. Atuação do assistente social junto aos educadores, estudantes e família.....	163
15. Estratégias de intervenção do assistente social no combate à evasão escolar, uso de drogas, gravidez na adolescência, situações de violência e outros riscos que influenciam no desenvolvimento escolar e social do aluno	165
16. Ações de prevenção, visando antecipar problemas de evasão escolar	168
17. Atuação do assistente social na garantia de direitos das pessoas com deficiência	170
18. Relações de parcerias entre escola, CRAS, CREAS, Conselho Tutelar e unidades de saúde para viabilizar atendimentos e acompanhamentos integrados da demanda escolar	173
19. Atuação na promoção de maior qualidade de vida no trabalho	175
20. Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais de Lençóis Paulista	177

INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DIVERSOS

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

— Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

— Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como “O Bicho”, ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como “A Hora e a Vez de Augusto Matraga”, de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

— Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

— Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- **Leitura Atenta:** Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.

- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.

- **Análise do Título e Subtítulos:** Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.

- **Contexto de Produção:** Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.

- **Perguntas Norteadoras:** Ao ler, o leitor pode se perguntar: Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como “Canção do Exílio” de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral

exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

– Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

– Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

– Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de “Dom Casmurro”, de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em “Vidas Secas”, de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em “O Navio Negroiro”, de Castro Alves, o

eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

– Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

– Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.

2. Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.

3. Seleção de Argumentos: Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.

4. Conectivos e Estrutura Argumentativa: Conectivos como “portanto”, “por isso”, “assim”, “logo” e “no entanto” são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.

5. Conclusão: Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto “A Cartomante”, de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.

- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

– Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

– Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

–Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.

2. Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.

3. Contra-argumentos e Refutação: Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.

4. Conclusão: Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

– Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: “Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão.”

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: “Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global.”

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).

Exemplo dedutivo: “Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal.”

Exemplo indutivo: “Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular.”

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: “Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade.”

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: “Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo.”

– Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: “além disso”, “também”, “ademais”.
- Para contrastar ideias: “no entanto”, “por outro lado”, “todavia”.
- Para concluir: “portanto”, “assim”, “logo”.

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

– Exemplos Práticos de Argumentação

- **Texto Argumentativo (Artigo de Opinião):** Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance “Capitães da Areia”, de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

– Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

1. Avalie a pertinência dos argumentos: Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?

2. Verifique a solidez da lógica: O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?

3. Observe a diversidade de fontes: O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?

4. Considere os contra-argumentos: O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

— Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as

ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

– Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.

Os principais mecanismos de coesão referencial incluem:

- **Pronomes pessoais:** Usados para substituir substantivos mencionados anteriormente.

- Exemplo: João comprou um livro novo. Ele estava ansioso para lê-lo.

- **Pronomes demonstrativos:** Indicam a retomada de uma informação previamente dada ou a introdução de algo novo.

- Exemplo: Este é o problema que devemos resolver.

- **Pronomes possessivos:** Utilizados para evitar repetições, referindo-se à posse ou relação de algo já mencionado.

- Exemplo: Maria trouxe suas anotações para a aula.

- **Advérbios de lugar e tempo:** Podem substituir informações anteriores relacionadas a momentos e espaços.

- Exemplo: Estive na biblioteca ontem. Lá, encontrei muitos livros interessantes.

A coesão referencial é crucial para evitar repetições e garantir que o leitor consiga acompanhar a continuidade das ideias sem que o texto se torne redundante ou cansativo.

2. Coesão Sequencial

A coesão sequencial diz respeito à organização temporal e lógica do discurso. Ela é responsável por estabelecer as relações de sentido entre as partes do texto, utilizando conectivos para marcar a progressão das ideias. Isso pode envolver a relação entre causa e efeito, adição de informações, contraste, explicação, entre outros.

Os principais conectivos de coesão sequencial incluem:

- **Conectivos de adição:** Indicam que uma ideia ou informação será acrescentada.

- Exemplo: Além disso, também é necessário investir em infraestrutura.

- **Conectivos de causa e consequência:** Mostram uma relação de causa e efeito entre as ideias.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL

O Serviço Social é uma profissão guiada por princípios éticos rigorosos e sustentada por um conjunto de normas e legislações que garantem a qualidade e a legitimidade das práticas profissionais. O assistente social tem a responsabilidade de atuar na defesa dos direitos humanos e na promoção da justiça social, sempre respeitando a dignidade e a autonomia dos indivíduos, grupos e comunidades com os quais trabalha.

No Brasil, o Código de Ética Profissional do Assistente Social e a Lei nº 8.662/1993, que regulamenta a profissão, são os principais referenciais normativos que orientam a atuação dos profissionais de Serviço Social. Esses documentos estabelecem os valores, deveres e responsabilidades que norteiam o comportamento ético e técnico dos assistentes sociais, garantindo que suas ações estejam alinhadas aos princípios da ética e do compromisso com os direitos sociais.

1. Código de Ética do Assistente Social

O **Código de Ética Profissional** do Serviço Social é um documento fundamental que estabelece as bases éticas que orientam a prática profissional. Ele foi atualizado pela última vez em **1993** e reflete o compromisso do Serviço Social com a transformação social e a defesa dos direitos humanos. O Código de Ética não apenas define os deveres e direitos dos assistentes sociais, mas também reafirma a visão crítica e transformadora que a profissão assume frente às desigualdades sociais.

Entre os princípios fundamentais do Código de Ética, destacam-se:

1.1. Defesa Intransigente dos Direitos Humanos

O respeito aos direitos humanos é o principal norte ético da atuação do assistente social. Isso significa que o profissional deve atuar em todas as situações buscando garantir a dignidade, a autonomia e os direitos das pessoas com quem trabalha. A defesa dos direitos humanos está diretamente relacionada ao enfrentamento das situações de violação de direitos, discriminação e exclusão social.

1.2. Compromisso com a Cidadania e a Justiça Social

O assistente social deve promover a cidadania, entendida como o direito de todos à participação plena na vida social, econômica, política e cultural. O profissional do Serviço Social atua para empoderar os indivíduos e os grupos marginalizados, facilitando o acesso a serviços e políticas públicas que promovam a inclusão social. Isso se conecta ao princípio de justiça social, que envolve a luta pela redução das desigualdades e pela redistribuição de recursos e oportunidades.

1.3. Autonomia dos Sujeitos

O assistente social deve sempre respeitar a autonomia dos indivíduos e comunidades com quem trabalha, garantindo que suas decisões e escolhas sejam respeitadas. O profissional deve atuar como mediador de direitos, não impondo soluções ou interferindo de forma coercitiva nas decisões dos sujeitos. Esse princípio está ligado à ideia de que as pessoas são agentes de suas próprias vidas e devem ter o poder de decidir sobre o seu futuro.

1.4. Sigilo Profissional

O sigilo profissional é uma obrigação ética do assistente social, que deve manter em confidencialidade todas as informações compartilhadas pelos usuários durante o processo de atendimento. O sigilo é essencial para a criação de um vínculo de confiança entre o assistente social e o usuário, garantindo que o profissional seja um agente de apoio e proteção. O sigilo só pode ser quebrado em situações que envolvam risco à vida ou à segurança do usuário ou de terceiros.

1.5. Combate a Todas as Formas de Discriminação

O Código de Ética do assistente social exige um posicionamento ativo no combate a todas as formas de discriminação, sejam elas de caráter racial, étnico, de gênero, orientação sexual, classe social, religiosa ou outras. O profissional deve promover a igualdade de direitos e oportunidades, lutando contra práticas excludentes e preconceituosas em qualquer contexto.

2. Lei nº 8.662/1993 – Regulamentação da Profissão

A **Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993**, é a principal legislação que regulamenta a profissão de assistente social no Brasil. Esta lei estabelece as condições para o exercício da profissão, define as competências e responsabilidades do assistente social e reforça os direitos e deveres éticos do profissional.

2.1. Condições para o Exercício da Profissão

A lei exige que, para atuar como assistente social no Brasil, o profissional tenha concluído o curso de graduação em Serviço Social em uma instituição reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC) e esteja regularmente inscrito no Conselho Regional de Serviço Social (CRESS), órgão fiscalizador da profissão.

O registro no CRESS é obrigatório para o exercício da profissão e garante que o assistente social esteja habilitado e siga as normas éticas e técnicas estabelecidas pela profissão.

2.2. Atribuições do Assistente Social

A Lei nº 8.662/1993 descreve as principais atribuições privadas do assistente social, que incluem:

- Elaboração de estudos, pesquisas, planos, programas e projetos sociais nas áreas de políticas públicas e de desenvolvimento social.

- Coordenação, supervisão e execução de programas e projetos que visem à defesa dos direitos humanos e à garantia de acesso aos serviços sociais.

- Orientação e acompanhamento de indivíduos e grupos em situações de vulnerabilidade social, risco pessoal ou social.

- Atuação na defesa e efetivação de direitos, especialmente no que tange a grupos vulneráveis, como crianças, adolescentes, idosos, mulheres, pessoas com deficiência e comunidades marginalizadas.

Essas atribuições refletem o papel do assistente social como mediador de direitos e agente na formulação e implementação de políticas públicas voltadas à promoção da inclusão social e à redução das desigualdades.

2.3. Fiscalização e Responsabilidade Profissional

A Lei nº 8.662/1993 também define a importância dos Conselhos Regionais (CRESS) e do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), que são responsáveis por fiscalizar o exercício profissional e garantir que os assistentes sociais atuem dentro dos parâmetros éticos e legais estabelecidos.

Os Conselhos têm a função de proteger a sociedade contra possíveis práticas inadequadas ou antiéticas e garantir que os profissionais mantenham um padrão de qualidade em sua atuação. Isso inclui sanções disciplinares em casos de condutas que violam o Código de Ética ou a legislação profissional.

3. Ética na Prática Profissional do Assistente Social

A ética profissional do assistente social não se limita à observância de normas, mas envolve um compromisso contínuo com os princípios de justiça, igualdade e defesa dos direitos humanos. A prática profissional do assistente social, muitas vezes, ocorre em contextos de extrema vulnerabilidade e exclusão social, o que exige do profissional uma postura ética sólida para lidar com conflitos de interesse, demandas complexas e situações de violação de direitos.

O assistente social enfrenta desafios éticos diários, como:

3.1. Mediação de Conflitos Éticos

Os assistentes sociais frequentemente se deparam com conflitos éticos quando há divergências entre os interesses do usuário, das instituições e das políticas públicas. Por exemplo, em contextos de saúde, o assistente social pode lidar com dilemas envolvendo autonomia do paciente e as decisões de equipes médicas. O profissional deve buscar sempre a mediação e a resolução desses conflitos de forma que os direitos do usuário sejam respeitados.

3.2. Defesa da Autonomia e da Dignidade dos Usuários

O assistente social atua em contextos onde, muitas vezes, os direitos dos usuários são negligenciados ou violados. O profissional deve, então, garantir que a autonomia e a dignidade dos usuários sejam preservadas em todas as intervenções. Isso envolve respeitar a privacidade, o sigilo das informações e garantir que as decisões sobre a vida do usuário sejam tomadas com sua participação ativa.

3.3. Relação com Instituições

O assistente social trabalha dentro de instituições públicas e privadas, e muitas vezes há pressões institucionais que podem entrar em conflito com a ética profissional. Nesse sentido, o profissional deve manter uma postura crítica e independente, sem subordinar sua atuação às demandas institucionais que possam comprometer a defesa dos direitos dos usuários.

RESOLUÇÃO CFESS Nº 273 DE 13/03/1993

Institui o Código de Ética Profissional dos (as) Assistentes Sociais e dá outras providências.

A Presidente do Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e de acordo com a deliberação do Conselho Pleno, em reunião ordinária, realizada em Brasília, em 13 de março de 1993,

Considerando a avaliação da categoria e das entidades do Serviço Social de que o Código homologado em 1986 apresenta insuficiências;

Considerando as exigências de normatização específicas de um Código de Ética Profissional e sua real operacionalização;

Considerando o compromisso da gestão 90/93 do CFAS quanto à necessidade de revisão do Código de Ética;

Considerando a posição amplamente assumida pela categoria de que as conquistas políticas expressas no Código de 1986 devem ser preservadas;

Considerando os avanços nos últimos anos ocorridos nos debates e produções sobre a questão ética, bem como o acúmulo de reflexões existentes sobre a matéria;

Considerando a necessidade de criação de novos valores éticos, fundamentados na definição mais abrangente, de compromisso com os (as) usuários (as), com base na liberdade, democracia, cidadania, justiça e igualdade social; (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

Considerando que o XXI Encontro Nacional CFAS/CRAS referendou a proposta de reformulação apresentada pelo Conselho Federal de Assistentes Sociais,

Resolve:

Art. 1º Instituir o Código de Ética Profissional do (a) assistente social em anexo. (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

Art. 2º O Conselho Federal de Assistentes Sociais - CFAS, deverá incluir nas Carteiras de Identidade Profissional o inteiro teor do Código de Ética.

Art. 3º Determinar que o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Serviço Social procedam imediata e ampla divulgação do Código de Ética.

Art. 4º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogadas as disposições em contrário, em especial, a Resolução CFAS nº 195/1986, de 09.05.1986.

MARLISE VINAGRE SILVA

ANEXO
CÓDIGO DE ÉTICA DO (A) ASSISTENTE SOCIAL
(Redação dada ao Título pela Resolução CFESS nº 594, de
21.01.2011, DOU 24.01.2011)

INTRODUÇÃO

A história recente da sociedade brasileira, polarizada pela luta dos setores democráticos contra a ditadura e, em seguida, pela consolidação das liberdades políticas, propiciou uma rica experiência para todos os sujeitos sociais. Valores e práticas até então secundarizados (a defesa dos direitos civis, o reconhecimento positivo das peculiaridades individuais e sociais, o respeito à diversidade, etc.) adquiriram novos estatutos, adensando o elenco de reivindicações da cidadania. Particularmente para as categorias profissionais, esta experiência ressitou as questões do seu compromisso ético-político e da avaliação da qualidade dos seus serviços.

Nestas décadas, o Serviço Social experimentou no Brasil um profundo processo de renovação. Na intercorrência de mudanças ocorridas na sociedade brasileira com o próprio acúmulo profissional, o Serviço Social se desenvolveu teórica e praticamente, laicizou-se, diferenciou-se e, na entrada dos anos noventa, apresentou-se como profissão reconhecida academicamente e legitimada socialmente.

A dinâmica deste processo - que conduziu à consolidação profissional do Serviço Social - materializou-se em conquistas teóricas e ganhos práticos que se revelaram diversamente no universo profissional. No plano da reflexão e da normatização ética, o Código de Ética Profissional de 1986 foi uma expressão daquelas conquistas e ganhos, através de dois procedimentos: negação da base filosófica tradicional, nitidamente conservadora, que norteava a ética da neutralidade e afirmação de um novo perfil do (a) técnico (a), não mais um agente subalterno e apenas executivo, mas um profissional competente teórica, técnica e politicamente. (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

De fato, construía-se um projeto profissional que, vinculado a um projeto social radicalmente democrático, redimensionava a inserção do Serviço Social na vida brasileira, compromissando-o com os interesses históricos da massa da população trabalhadora. O amadurecimento deste projeto profissional, mais as alterações ocorrentes na sociedade brasileira (com destaque para a ordenação jurídica consagrada na Constituição de 1988), passou a exigir uma melhor explicitação do sentido imanente do Código de 1986. Tratava-se de objetivar com mais rigor as implicações dos princípios conquistados e plasmados naquele documento, tanto para fundar mais adequadamente os seus parâmetros éticos quanto para permitir uma melhor instrumentalização deles na prática cotidiana do exercício profissional.

A necessidade da revisão do Código de 1986 vinha sendo sentida nos organismos profissionais desde fins dos anos oitenta. Foi agendada na plataforma programática da gestão 1990/1993 do CFAS. Entrou na ordem do dia com o I Seminário Nacional de Ética (agosto de 1991) perpassou o VII CBAS (maio de 1992) e culminou no II Seminário Nacional de Ética (novembro de 1992), envolvendo, além do conjunto CFAS/CRAS, a ABESS, a ANAS e a SESSUNE. O grau de ativa participação de assistentes sociais de

todo o País assegura que este novo Código, produzido no marco do mais abrangente debate da categoria, expressa as aspirações coletivas dos profissionais brasileiros.

A revisão do texto de 1986 processou-se em dois níveis. Reafirmando os seus valores fundantes - a liberdade e a justiça social -, articulou-os a partir da exigência democrática: a democracia é tomada como valor ético-político central, na medida em que é o único padrão de organização político-social capaz de assegurar a explicitação dos valores essenciais da liberdade e da equidade. É ela, ademais, que favorece a ultrapassagem das limitações reais que a ordem burguesa impõe ao desenvolvimento pleno da cidadania, dos direitos e garantias individuais e sociais e das tendências à autonomia e à autogestão social. Em segundo lugar, cuidou-se de precisar a normatização do exercício profissional de modo a permitir que aqueles valores sejam retraduzidos no relacionamento entre assistentes sociais, instituições/organizações e população, preservando-se os direitos e deveres profissionais, a qualidade dos serviços e a responsabilidade diante do (a) usuário (a). (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

A revisão a que se procedeu, compatível com o espírito do texto de 1986, partiu da compreensão de que a ética deve ter como suporte uma ontologia do ser social: os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete para o enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.

PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

I - Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

II - Defesa intransigente dos direitos humanos (as) e recusa do arbítrio e do autoritarismo; (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

III - Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras; (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

IV - Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida; (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

- Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

VI - Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças; (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

VII - Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual; (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

VIII - Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero; (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

IX - Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores (as); (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

X - Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional; (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

XI - Exercício do Serviço Social sem ser discriminado, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, identidade de gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, idade e condição física. (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

TÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Compete ao Conselho Federal de Serviço Social:

a) zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, fiscalizando as ações dos Conselhos Regionais e a prática exercida pelos (as) profissionais, instituições e organizações na área do Serviço Social; (Redação dada à alínea pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

b) introduzir alteração neste Código, através de uma ampla participação da categoria, num processo desenvolvido em ação conjunta com os Conselhos Regionais;

c) como Tribunal Superior de Ética Profissional, firmar jurisprudência na observância deste Código e nos casos omissos.

Parágrafo único. Compete aos Conselhos Regionais, nas áreas de suas respectivas jurisdições, zelar pela observância dos princípios e diretrizes deste Código, e funcionar como órgão julgador de primeira instância.

TÍTULO II DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES GERAIS DO (A) ASSISTENTE SOCIAL (Redação dada ao Título pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

Art. 2º Constituem direitos do (a) assistente social: (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

a) garantia e defesa de suas atribuições e prerrogativas, estabelecidas na Lei de Regulamentação da Profissão e dos princípios firmados neste Código;

b) livre exercício das atividades inerentes à Profissão;

c) participação na elaboração e gerenciamento das políticas sociais, e na formulação e implementação de programas sociais;

d) inviolabilidade do local de trabalho e respectivos arquivos e documentação, garantindo o sigilo profissional;

e) desagravo público por ofensa que atinja a sua honra profissional;

f) aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios deste Código;

g) pronunciamento em matéria de sua especialidade, sobretudo quando se tratar de assuntos de interesse da população;

h) ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as suas atribuições, cargos ou funções;

i) liberdade na realização de seus estudos e pesquisas, resguardados os direitos de participação de indivíduos ou grupos envolvidos em seus trabalhos.

Art. 3º São deveres do (a) assistente social: (Redação dada pela Resolução CFESS nº 594, de 21.01.2011, DOU 24.01.2011)

a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;

b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;

c) abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizem a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;

d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades.

Art. 4º É vedado ao assistente social:

a) transgredir qualquer preceito deste Código, bem como da Lei de Regulamentação da Profissão;

b) praticar e ser conivente com condutas anti-éticas, crimes ou contravenções penais na prestação de serviços profissionais, com base nos princípios deste Código, mesmo que estes sejam praticados por outros profissionais;

c) acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código;

d) compactuar com o exercício ilegal da Profissão, inclusive nos casos de estagiários que exerçam atribuições específicas, em substituição aos profissionais;

e) permitir ou exercer a supervisão de aluno de Serviço Social em Instituições Públicas ou Privadas que não tenham em seu quadro assistente social que realize acompanhamento direto ao aluno estagiário;

f) assumir responsabilidade por atividade para as quais não esteja capacitado pessoal e tecnicamente;

g) substituir profissional que tenha sido exonerado por defender os princípios da ética profissional, enquanto perdurar o motivo da exoneração, demissão ou transferência;

h) pleitear para si ou para outrem emprego, cargo ou função que estejam sendo exercidos por colega;

i) adulterar resultados e fazer declarações falaciosas sobre situações ou estudos de que tome conhecimento;

j) assinar ou publicar em seu nome ou de outrem trabalhos de terceiros, mesmo que executados sob sua orientação.